

Alerta Legislação, nº 46, de 12 nov a 17 2012
Boletim semanal

Casa Civil do Estado de São Paulo • Biblioteca
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo do Estado de São Paulo

■ **ATOS DO GOVERNADOR**

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

Partícipes: o Estado de São Paulo, representado por seu Governador Geraldo Alckmin, e a União, por intermédio do Ministério da Justiça, representado pelo Ministro de Estado José Eduardo Martins Cardozo - Objeto: a realização de parceria entre o Governo Federal e o Governo do Estado de São Paulo, com vistas ao desenvolvimento de ações conjuntas para combater as organizações criminosas - Recursos: o Acordo de Cooperação não envolve a transferência de recursos financeiros entre os partícipes - Prazo de vigência: o prazo vigorará a partir da data de sua publicação até o dia 31-12-2014 - Data de assinatura: 12-11-2012.

	LEGISLAÇÃO FEDERAL
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
16/11/2012	<u>DECRETO Nº 7.845, DE 14.11.2012</u> Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.
14/11/2012	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 589, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012</u> Dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. <u>DECRETO Nº 7.844, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012</u> Regulamenta o art. 103-B* da <u>Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005</u> . *Art. 103-B. - Fica autorizada a repactuação do parcelamento dos débitos previdenciários, por meio dos mecanismos previstos nesta Lei e mediante suspensão temporária, na forma do regulamento, para o Município em situação de emergência ou estado de calamidade pública em decorrência de seca, estiagem prolongada ou outros eventos climáticos extremos.

13/11/2012	<u>DECRETO Nº 7.842, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012</u> Promulga o Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, relativo ao Estabelecimento e Funcionamento de Centros Culturais, firmado em Madri, em 17 de setembro de 2007.
12/11/2012	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 587, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012</u> Autoriza para a safra 2011/2012 o pagamento de valor adicional ao Benefício Garantia-Safra, de que trata a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, e amplia para o ano de 2012 o Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004. <u>DECRETO Nº 7.837, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012</u> Dispõe sobre o aporte de recursos da União de que trata o art. 2º da Medida Provisória nº 587, de 9 de novembro de 2012, e sobre o valor adicional do benefício Garantia-Safra, de que trata a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para a safra 2011/2012. <u>DECRETO Nº 7.836, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012</u> Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Atos do Congresso Nacional	<u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 50, DE 2012</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 574, de 28 de junho de 2012, que "Estabelece medidas para estimular o pagamento de débitos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e de suas autarquias e fundações; altera o art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para prorrogar a vigência da redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno das massas alimentícias que menciona" teve seu prazo de vigência encerrado no dia 9 de novembro do corrente ano. Congresso Nacional, em 13 de novembro de 2012. Senador JOSÉ SARNEY Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 49, DE 2012</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da

Constituição Federal, com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 582, de 20 de setembro de 2012](#), publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2012, que "Altera a [Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011](#), quanto à contribuição previdenciária de empresas dos setores industriais e de serviços; permite depreciação de bens de capital para apuração do Imposto de Renda; institui o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes; altera a [Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012](#), quanto à abrangência do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa; altera a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na comercialização da laranja; reduz o Imposto de Renda devido pelo prestador autônomo de transporte de carga; e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 9 de novembro de 2012.

Senador JOSÉ SARNEY

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 48, DE 2012

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 581, de 20 de setembro de 2012](#), publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2012, que "Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO; autoriza a União a conceder subvenção econômica às instituições financeiras oficiais federais, sob a forma de equalização de taxa de juros nas operações de crédito para investimentos no âmbito do FDCO; altera as [Leis nº 7.827, de 27 de setembro de 1989](#), e [nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001](#), que tratam das operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste; constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 9 de novembro de 2012.

Senador JOSÉ SARNEY

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 47, DE 2012

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 580, de 14 de setembro de 2012](#), publicada no Diário Oficial da União de 17 de setembro de 2012, que "Altera as [Leis nº 11.759, de 31 de julho de 2008](#), que autoriza a criação da empresa pública Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - Ceitec, e [nº 11.578, de 26 de novembro de 2007](#), que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a

	execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, 9 de novembro de 2012. Senador JOSÉ SARNEY Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA N° 1.037, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012</u> [...] Art. 1º Criar Grupo de Trabalho com objetivo de articular e propor as ações necessárias à reorganização, modernização e gestão das Centrais de Abastecimento, tendo por base o Plano Nacional de Abastecimento. [...] SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA <u>RESOLUÇÃO N° 26, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012</u> Aprova o Plano Trienal do Seguro Rural - PTSR do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural para o período de 2013 a 2015.
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCT)	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA N° 35, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2012</u> O Presidente do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto n° 4.728, de 09/06/2003, resolve: Acrescer dispositivos às Normas Específicas da Bolsa de Produtividade em Pesquisa - PQ e da Bolsa de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora - DT, estabelecidas na RN 016/2006, publicada no DOU de 13/07/2006, Seção: 1, Página: 11. Esta Resolução Normativa entra em vigência a partir da data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário. http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/678340 GLAUCIUS OLIVA GABINETE DO MINISTRO – COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE CONTROLE DE EXPORTAÇÃO DE BENS SENSÍVEIS (CIBES) <u>RESOLUÇÃO N° 17, DE 16 DE AGOSTO DE 2012</u> A COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE CONTROLE DE EXPORTAÇÃO DE BENS SENSÍVEIS, CIBES, no uso da competência que lhe foi outorgada pelo art. 4.º, inciso I, do

	<u>Decreto n.º 4.214, de 30 de abril de 2002</u>, resolve: Art. 1º Aprovar a atualização das Diretrizes-Gerais para Exportação de Bens Relacionados a Mísseis e Serviços Diretamente Vinculados e seu anexo as Instruções para Realização de Operações de Exportação de Bens Relacionados a Mísseis e Serviços Diretamente Vinculados, em anexo. SÉRGIO ANTÔNIO FRAZÃO ARAUJO Secretário-Executivo da Comissão (O anexo encontra-se disponível na versão eletrônica do Diário Oficial da União)
Ministério da Cultura (MinC)	GABINETE DA MINISTRA <u>PORTARIA N° 144, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2012</u> Cria Comitê Técnico de Cultura para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) e demais grupos da diversidade sexual.
Ministério da Educação (MEC)	CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE) <u>RESOLUÇÃO N° 7, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012</u> Altera o parágrafo único do art. 2º da Resolução CNE/CEB nº 2/2004 e o art. 3º da Resolução CNE/CEB nº 2/2006, e inclui a exigência da oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e a obrigatoriedade de oferta de aulas de Língua e Cultura Japonesas e de cadastro no censo escolar do Ministério da Educação. [...] os estabelecimentos de ensino se credenciarão para a oferta e funcionamento no Japão dos seguintes cursos: [...] FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) <u>RESOLUÇÃO N° 52, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2012</u> Incluir dois parágrafos ao artigo 10 da Resolução CD/FNDE no 4, de 1º de abril de 2010, que estabelece os critérios de transferência automática de recursos a Estados, a título de apoio financeiro, no âmbito do Programa Especial de Fortalecimento do Ensino Médio. <u>RESOLUÇÃO N° 7, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012</u> Dispõe sobre a alteração excepcional do prazo para comparecimento do estudante ao agente financeiro para assinatura de Termo de Encerramento antecipado da fase de utilização de financiamento concedido com recursos do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), relativo aos contratos celebrados a partir da publicação da <u>Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010</u>. GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA NORMATIVA N° 22, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012</u> Dispõe sobre os procedimentos para a adesão de mantenedoras de instituições de ensino superior e a emissão de Termo Aditivo ao processo seletivo do Programa Universidade para Todos (Prouni) referente ao primeiro semestre de 2013. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO <u>PORTARIA N° 68, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012</u>

	Dispõe sobre a ampliação da participação das escolas do campo no Programa Nacional de Tecnologia Educacional - ProInfo, por meio do PRONACAMPO.
Ministério da Fazenda (MF)	BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN) <u>PORTARIA N° 73.452, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2012 (*)</u> [...] Art. 1º Esta Portaria estabelece procedimento para a classificação de documentos e informações produzidos ou custodiados no âmbito do Banco Central do Brasil, em decorrência da Lei n° 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI). [...] (*) Republicada por ter saído, no DOU n° 217, de 9-11-2012, Seção 1, págs. 13 / 14, com incorreção no original. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF) <u>CIRCULAR N° 599, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2012</u> Estabelece procedimentos para movimentação das contas vinculadas do FGTS e baixa instruções complementares. COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM) <u>INSTRUÇÃO N° 529, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2012</u> Dispõe sobre a instituição da Ouvidoria no âmbito do mercado de valores mobiliários. PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) <u>PORTARIA N° 802, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012</u> Dispõe sobre o parcelamento de débitos apurados na forma do Simples Nacional de que trata o art. 130-A da Resolução CGSN n° 94, de 29 de novembro de 2011, inscritos em Dívida Ativa da União. SECRETARIA EXECUTIVA <u>PORTARIA N° 797, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2012</u> [...] Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, o Comitê de Tecnologia da Informação - CTI/SPOA, observadas as diretrizes estabelecidas nas políticas de tecnologia da informação do Órgão Central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia - SISP e do Comitê Executivo do Governo Eletrônico. [...]
Ministério da Integração Nacional (MIN)	SECRETARIA EXECUTIVA <u>RESOLUÇÃO N° 8, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012</u> Altera a Resolução n° 7, de 12 de julho de 2012, que fixa os critérios de elegibilidade para determinação das famílias beneficiárias do Auxílio Emergencial Financeiro, previsto na Lei n° 10.954, de 29 de setembro de 2004. SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (SUDECO) <u>PORTARIA N° 52, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012</u> Estabelece as Diretrizes Gerais para a Implementação das Ações do Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária - Programa 2029 e os Procedimentos Técnicos e Operacionais a Ele Aplicáveis.

Ministério da Saúde (MS)	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) <u>PORTARIA N° 1.538, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012</u> Institui Grupo de Trabalho da Anvisa com o objetivo de analisar e sugerir à Diretoria Colegiada critérios, mecanismos, procedimentos, obrigações e possíveis instrumentos formais para atuação da Anvisa na fiscalização das atividades de pesquisa com organismos geneticamente modificados e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO - RDC N° 54, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012</u> Dispõe sobre o Regulamento Técnico sobre Informação Nutricional Complementar. GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA N° 2.575, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012</u> Aprova o Manual de Normas e Orientações para a Cooperação Técnica Internacional com a Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde - OPAS/OMS. <u>PORTARIA N° 2.566, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012</u> Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros de custeio a Municípios para a execução de ações de implantação, implementação, fortalecimento e/ou aperfeiçoamento de iniciativas prioritárias da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
Ministério das Comunicações (MC)	AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL) <u>RESOLUÇÃO N° 600, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2012</u> Aprova o Plano Geral de Metas de Competição (PGMC). <u>RESOLUÇÃO N° 598, DE 23 DE OUTUBRO DE 2012</u> Aprova o Regulamento de Obrigações de Universalização e dá outras providências. <u>RETIFICAÇÃO</u> Nos artigos 27, 41 e 45, § 3° do Anexo à Resolução n° 598, de 23 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União do dia 25 de outubro de 2012, na Seção 1, pgs. 101 a 106, retifica-se conforme abaixo: [...] GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA N° 462, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012</u> Regulamenta os procedimentos relativos à disponibilização, à classificação, ao tratamento e à gestão da informação de natureza restrita e sigilosa no âmbito do Ministério das Comunicações.
Ministério de Minas e Energia (MME)	AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA N° 503, DE 7 DE AGOSTO DE 2012</u> Modifica a estrutura organizacional da ANEEL e altera o Regimento Interno aprovado pela Portaria MME n. 349, de 28 de novembro de 1997. AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E

	BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP) <u>RESOLUÇÃO N° 35, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012</u> [...] Art. 1º. Fica regulamentado, pela presente Resolução, o uso, por terceiros interessados, de dutos de transporte destinados à movimentação de petróleo, seus derivados e biocombustíveis, existentes ou a serem construídos, mediante remuneração adequada ao titular das instalações. [...] <u>DESPACHO DO DIRETOR</u> Em 9 de novembro de 2012 Nº 1.321 - O Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso III, do Regimento Interno da ANP, aprovado pela Portaria ANP nº69, de 6 de abril de 2011, em atendimento às determinações do Ofício n.º 069/2002, de 08 de maio de 2002, do Tribunal de Contas da União, e tendo em vista o constante do Processo TC n.º 002.102/2001-8, torna público que o volume de petróleo e gás natural produzido em junho de 2012 por campo e produção desagregada por Estado e Município; a relação dos Estados, Municípios e Órgãos Federais indenizados a título de Royalties; e os respectivos valores creditados em setembro de 2012, mês de competência julho de 2012, encontram-se disponíveis no endereço de internet da ANP em www.anp.gov.br opção 'Participações Governamentais e de Terceiros'. Este Aviso é publicado conforme orientação do Acórdão 5933/2012 - TCU - 2ª Câmara, constante do Processo TC nº 015.408/2012-4. FLORIVAL RODRIGUES DE CARVALHO
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	GABINETE DA MINISTRA <u>PORTARIA N° 408, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012</u> Institui a Rede de Mulheres Brasileiras Líderes pela Sustentabilidade. <u>PORTARIA N° 404, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012</u> Institui Grupo de Trabalho para discutir a sustentabilidade do uso de sacolas plásticas descartáveis.
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 10, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012</u> Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências.
Ministério dos Transportes	GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA MTUR N° 348, DE 13.11.2012 - DOU DE 16.11.2012</u> Define as ações de qualificação profissional complementares às ofertadas pelos Programas PRONATEC COPA e COPA IN COMPANY, institui critérios de padronização das ações de qualificação profissional e empresarial e o Plano de Monitoramento das Ações de Qualificação Profissional e Empresarial apoiadas mediante transferência voluntária de recursos no âmbito do Ministério do Turismo, e dá outras

	providências. <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012</u> Constitui e estabelece a composição do Grupo de Trabalho "Pro Cabotagem", incumbido de elaborar e consolidar propostas para o programa de desenvolvimento à cabotagem no Brasil.
Presidência da República	CONSELHO DE GOVERNO (CÂMERA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX) <u>RESOLUÇÃO Nº 83, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012</u> Altera a Lista Brasileira de Exceções à Tarifa Externa Comum do MERCOSUL. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS (SEDH) <u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 19 DE OUTUBRO DE 2012</u> Altera o parágrafo único do art. 9º da Resolução nº 35, de 6 de julho de 2005, que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
15/11/2012	DECRETO Nº 58.558, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012 Dispõe sobre a outorga da Medalha "Adolfo Lutz" Publicação: DOE, Seção I, 15/11/2012, p. 1 <u>DECRETO Nº 58.542, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012</u> Retificação do D.O. de 13-11-2012 No inciso II do artigo 1º, leia-se como segue e não como constou: II - sanção disciplinar: as previstas nos incisos I a III do artigo 251 da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968.
14/11/2012	<u>DECRETO Nº 58.545, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012</u> Dispõe sobre a outorga da Medalha "João Pedro Cardoso" <u>DECRETO Nº 58.544, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012</u> Dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura e dá providências correlatas
13/11/2012	<u>DECRETO Nº 58.542, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012</u> Estabelece regras relativas ao deferimento do pedido de conversão de uma parcela de 30 (trinta) dias de bloco de licença-prêmio em pecúnia, no período de 1 (um) ano imediatamente anterior a data do requerimento ATOS DO GOVERNADOR <u>EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO</u> Partícipes: o Estado de São Paulo, representado por seu Governador Geraldo Alckmin, e a União, por intermédio do Ministério da Justiça, representado pelo Ministro de Estado José Eduardo Martins Cardozo - Objeto: a realização de parceria entre o Governo Federal e o Governo do Estado de São Paulo,

	com vistas ao desenvolvimento de ações conjuntas para combater as organizações criminosas - Recursos: o Acordo de Cooperação não envolve a transferência de recursos financeiros entre os partícipes - Prazo de vigência: o prazo vigorará a partir da data de sua publicação até o dia 31-12-2014 - Data de assinatura: 12-11-2012.
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Casa Civil (CC)	GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO CC-139, DE 12-11-2012</u> Prorroga o prazo previsto no art. 4º da Resolução CC-71, de 11-6-2012, alterada pelas Resoluções CC-76, de 19-6-2012, e CC-101, de 28-8-2012, que institui Grupo Técnico para propor ações estratégicas que objetivem a efetividade da política de acesso às informações, notadamente a implantação do Sistema Informatizado Unificado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações - SPDoc e dos Serviços de Informações ao Cidadão - SIC
Desenvolvimento Social (SEDS)	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CONSEAS) <u>DELIBERAÇÃO CONSEAS/SP Nº 030/2012</u> Aprova o Projeto de Equipamento Modelo –Instituição de Longa Permanência de Idosos - ILPI
Fazenda (SF)	FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SÃO PAULO (SP-PREVCOM) <u>COMUNICADO</u> Informamos que a sede da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (SP-PREVCOM) funcionará, a partir do dia 19-11-2012, à Rua Bela Cintra, 934 (andares térreo, 1º ao 3º, 7º ao 12º), Consolação, São Paulo – SP, CEP 01415-002. GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SF-80, DE 07-11-2012</u> Altera o Anexo V da Resolução SF 36, de 29-05-2012, que dispõe sobre a Avaliação Especial de Desempenho para fins de confirmação ou exoneração no cargo de Técnico da Fazenda Estadual em período de estágio probatório.
Justiça e Defesa da Cidadania (SJDC)	GABINETE DA SECRETÁRIA <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SMA/SAA/SJDC Nº 02, DE 14-11-2012</u> Altera a Resolução Conjunta SMA/SAA/SJDC nº 01, de 27 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o licenciamento ambiental para atividades agropecuárias no Estado de São Paulo
Meio Ambiente (SMA)	COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL <u>PORTARIA CEA-3, DE 9-11-2012</u> Avoca para si a atribuição de cadastrar entidades ambientalistas da sociedade civil e dá outras providências

	GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SMA-90, DE 13-11-2012</u> Regulamenta as exigências para os resultados analíticos, incluindo-se a amostragem, objetos de apreciação pelos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA, e que subsidiam o exercício de suas atribuições legais do controle, monitoramento e a fiscalização das atividades efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental
Planejamento e Desenvolvimento Regional (SPDR)	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN) / DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DE CONDUTORES E VEÍCULOS (DFCV) <u>PORTARIA DETRAN N. 1717, DE 12-11-2012</u> Relaciona e indica condutores notificados no mês de novembro de 2012, consoante exigência prevista na Portaria DETRAN n. 767, de 2006 <u>PORTARIA DFCV- 01, DE 09-11-2012</u> Estabelece os procedimentos para análise e julgamento das Defesas da Autuação apresentadas em face das autuações lavradas na Capital
Universidade de Campinas (UNICAMP)	REITORIA <u>RESOLUÇÃO GR N° 44, DE 8-11-2012</u> Dispõe sobre a criação do Programa de Apoio ao Aumento do Número e Qualificação de Candidatos a Docentes da UNICAMP
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
15/11/2012	OFÍCIO São Paulo, 12 de novembro de 2012 Senhor Presidente Tenho honra de comunicar a essa Augusta Assembleia, por intermédio de Vossa Excelência, que estarei ausente do País no período de 19 a 23 de novembro de 2012, em viagem a Paris – França, a fim de tratar de assuntos de interesse público. Informo, ainda, a Vossa excelência, que durante meu afastamento assumirá a Governança do Estado o Vice-Governador Doutor Guilherme Afif Domingos. Na oportunidade, reitero meus protestos de consideração e apreço. Geraldo Alckmin – Governador do Estado A Sua Excelência o Senhor Deputado Estadual José Antônio Barros Munhoz Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo D.O. Legislativo, 15/11/2012, p. 16 PROJETOS DE LEI PROJETO DE LEI N° 651, DE 2012 Veda às empresas concessionárias de transporte coletivo urbano a imposição concomitante aos motoristas a pratica de atividade inerente a função de cobrador.

	D.O. Legislativo, 15 / 11 / 2012, p. 16 PROJETO DE LEI N° 650, DE 2012 Mensagem A-n° 119/2012, do Senhor Governador do Estado Autoriza a alienação dos imóveis que especifica, para fins do disposto na Lei nº 11.688, de 19 de maio de 2004, que instituiu o Programa de Parcerias Público-Privadas - PPP. D.O. Legislativo, 15 / 11 / 2012, p. 16
14 / 11 / 2012	PROJETOS DE LEI PROJETO DE LEI N° 649, DE 2012 Dispõe sobre o fornecimento de merenda escolar diferenciada para os alunos diagnosticados como diabéticos, obesos e celíacos nas escolas da rede pública do Estado. D.O. Legislativo, 14 / 11 / 2012, p. 26
13 / 11 / 2012	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI N° 645, DE 2012</u> Dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde pública, no Estado de São Paulo. <u>PROJETO DE LEI N° 644, DE 2012</u> Propõe nova jornada de trabalho para o cargo de Psicólogo nas instituições públicas estaduais paulistas. <u>PROJETO DE LEI N° 643, DE 2012</u> Dispõe sobre a inclusão do estudo da Filosofia no currículo escolar do ensino fundamental. <u>PROJETO DE LEI N° 642, DE 2012</u> Estabelece valor unitário do vale-refeição concedido aos servidores públicos estaduais. <u>PROJETO DE LEI N° 641, DE 2012</u> Institui o período de férias forenses.
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
15 / 11 / 2012	<u>LEI N° 15.648, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012</u> (PROJETO DE LEI N° 133/10, DO VEREADOR GILSON BARRETO – PSDB) Estabelece diretrizes para o funcionamento dos Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos - CIEJAs na Rede Municipal de Ensino do Município de São Paulo. <u>DECRETO N° 53.538, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012</u> Ordena o uso das praias da Represa Guarapiranga, localizadas no território do Município de São Paulo.
13 / 11 / 2012	<u>DECRETO N° 53.535, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012</u> Regulamenta a Lei nº 15.408, de 11 de julho de 2011, que instituiu, no âmbito do Município de São Paulo, o Conselho Municipal de Participação da Comunidade Nordestina.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa

mariaisa@sp.gov.br

Casa Civil do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

ccivil@sp.gov.br

Izabel C. Filgueiras de Almeida - icalmeida@sp.gov.br

Júlio César de Paula - jcdepaula@sp.gov.br

Marcelo Conti - mconti@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107.